

# AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2024 EDITAL Nº 049/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2024

**ÓRGÃO LICITANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA-MG - Os procedimentos para acesso ao Edital deste Pregão Eletrônico estão disponíveis no sítio: <a href="https://www.rosariodalimeira.mg.gov.br">www.rosariodalimeira.mg.gov.br</a>, o qual ocorrera exclusivamente na Plataforma <a href="https://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>.

**SECRETARIA INTERESSADA**: Secretaria Municipal de Administração dentre as demais existentes.

**OBJETO:** Registro de Preço pelo tipo MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA ANP, considerando o preço médio do município de Muriaé/MG, para futuras e eventuais aquisições de combustíveis tais como: Etanol, Gasolina e Óleo Diesel, descritos e especificadas no anexo I deste instrumento convocatório, destinados a manutenção da frota automotiva e máquinas do município, notadamente aos veículos e máquinas conveniados. Os produtos serão fornecidos de forma parcelada e de acordo com a demanda pelo período de 01 (um) ano a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preço, mediante ao surgimento da demanda.

**REGISTRO DE PREÇO:** Regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e subsidiariamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal, além das demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.513.191,00 (um milhão e quinhentos e treze mil e cento e noventa e um reais).

DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: <u>Propostas serão recepcionadas exclusivamente por meio da Plataforma "bll.org.br"</u>, a partir das 09h00min do dia 26/11/2024, até às 08h00min do dia 06/11/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 06/11/2024 a partir das 08h01min. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 06/11/2024.

**ATENÇÃO**: Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta Licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

**PLATAFORMA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bllcompras.org.br.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto por ITEM.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO.

**EXCLUSIVIDADE EMPRESAS LOCAIS:** SIM (vide Termo de Referência).

Praça Nossa Senhora de Fátima, nº. 232, Centro, Rosário da Limeira – MG CEP: 36.878-000 Fone: (032) 3723 - 1263



# PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2024 EDITAL Nº 049/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2024

#### 1. PREÂMBULO

- **1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça Nossa Senhora de Fátima, 232, CEP: 36.878-000, Bairro Centro, na Cidade de Rosário da Limeira-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 01.616.837/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Ilmo. Sr. José Maria Pinto da Silva, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MAIOR DESCONTO POR ITEM, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), pelo do Portal de Licitações (www.bll.org.br).
- **1.2.** A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) por meio da Plataforma: <a href="www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>; bem como no Sitio: <a href="www.rosariodalimeira.mg.gov.br">www.rosariodalimeira.mg.gov.br</a>, sendo os resumos do Edital, resultado, homologação e extratos, disponibilizados no Diário Oficial dos Municípios Mineiros AMM.
- **1.3.** Para todos os horários mencionados neste Edital, considerar-se-á o Horário Oficial de Brasília-DF.
- **1.4.** As quantidades descritas no Anexo I deste Edital são estimativas máximas para execuções pelo período de 12 (doze) meses e nas quantidades definidas de acordo com as necessidades de cada Secretaria solicitante.

#### 2. DO OBJETO:

**2.1.** Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preço pelo tipo MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA ANP, considerando o preço médio do município de Muriaé/MG, para futuras e eventuais aquisições de combustíveis tais como: Etanol, Gasolina e Óleo Diesel, descritos e especificadas no anexo I deste instrumento convocatório, destinados a manutenção da frota automotiva e máquinas do município, notadamente aos veículos e máquinas conveniados. Os produtos serão fornecidos de forma parcelada e de acordo com a demanda pelo período de 01 (um) ano a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preço, mediante ao surgimento da demanda



3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

**3.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição

de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema - www.bll.org.br, onde deverá

informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta

utilização.

3.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico

deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de

responsabilidade única do Usuário, obtidas junto ao Portal <u>www.bll.org.br</u>.

3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer

pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do Usuário ou por iniciativa do Portal

www.bll.org.br.

**3.4.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico

utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**3.4.1** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como

firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou

por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por

terceiros.

3.4.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e

responsabilizar- se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de

mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.4.3** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa

comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**3.4.4** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma

eletrônica.

**3.4.5** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**3.4.** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente

estabelecidas no País, que que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas

neste Edital, seus Anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área

de fornecimento.

3.5. O licitante deverá ter feito a adesão ao Portal www.bll.org.br, sendo sua a responsabilidade

pela tramitação prévia neste sentido.

**3.6.** Será concedido tratamento preferencial para as microempresas e empresas de pequeno porte,

na forma da lei.

**3.7.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica,

quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do

projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,

acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto,

responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou

fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre impossibilitada de participar da licitação em

decorrência de registro junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas)

e/ou CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), ambos mantidos pelo Poder Executivo

Federal. O impedimento também é aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa,

física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua

controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização

fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista

ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de

15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha

sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de

adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. A não observância das vedações

desta cláusula e das demais dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 é de inteira

responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita as penalidades cabíveis;

h) Agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição

(Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato

agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações

que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou

emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do artigo 9º da Lei nº

14.133/2021.

3.8 Durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou do contrato, é vedado ao contratado

contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro

grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação

ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**3.9.** Ainda como CONDIÇÃO PRÉVIA ao exame da habilitação e proposta do licitante o(a)

Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente

quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação,

mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Inidôneos - Licitantes Inidôneos, pelo órgão emissor Tribunal de Contas da União;

b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa

e Inelegibilidade, pelo órgão emissor Conselho Nacional de Justiça;

c) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, pelo órgão emissor Portal da

Transparência.

d) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, pelo órgão emissor Portal da Transparência;

3.10 A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste

instrumento convocatório.



4. ENVIO DAS PROPOSTAS

**4.1.** As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio

do sistema eletrônico, por meio da Plataforma www.bll.org.br, até a data e horário estabelecidos

no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou

substituídos até a data e horário final estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

4.1.1 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar, sob as penas da

Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3°, da Lei Complementar 123/2006, clicando

no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

**4.2.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital

PDF no prazo de 02 (duas) horas na opção "Documentos Complementares" após comunicação do

Pregoeiro, prorrogável por igual período a critério do Pregoeiro, quando se verificar situação que enseja tal

necessidade.

**4.2.1.** As empresas licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, abaixo arrolados,

para a sua habilitação no certame, os quais deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de

abertura e julgamento das propostas, da seguinte forma:

a) em original (digitalizado);

b) em cópia autenticada por cartório competente (digitalizado);

c) em cópia autenticada por servidor municipal, mediante a apresentação de originais para

confronto (digitalizado); ou

**d**)) através de publicação em órgão da imprensa oficial.

**4.2.2.** Documentos obtidos na rede Internet serão aceitos e considerados como originais, ainda

que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e

confirmação de validade pela Pregoeira, na fase de habilitação.

**4.3.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da

declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.3.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta

com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na

forma da lei.

**4.3.2.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.3.3.** O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa

de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar

ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

**4.3.4.** Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às

microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da

licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores

somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa

de pequeno porte.

**4.3.5.** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento

dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta

vigentes na data de entrega das propostas.

OBS: Caso a plataforma não disponha do campo próprio de que trata o item 4.3, para todas as

declarações citadas, será aceito a declaração simplificada de que o sistema dispor.

**4.4.** Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham

a ser solicitados pelo(a) Pregoeiro(a)a, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2 (duas)

horas se documentos simples, como catálogos, proposta reajustada, podendo ser conferido prazo

de até 3 (três) dias úteis para documentação complexa.

1. PROPOSTA

**1.1.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando o seguinte:

**5.1.1.** Percentual de desconto por Item;

**5.1.2.** Marca do item cotado, sob pena de desclassificação;

**5.1.3.** Preço unitário e total do Item;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações iguais e/ou superiores à

especificação do Documento de Formalização de Demanda e/ou Termo de Referência

conforme o caso: indicando, no que for aplicável, o modelo, marca, prazo de validade ou de garantia

do item; e

5.1.5. Os valores unitários e totais ajustados devem obedecer, obrigatoriamente, a mesma

proporção de desconto ofertado no lote geral quando da disputa de preços ou negociação direta

com o Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**5.3.** A proposta de preços final atualizada deverá ser apresentada no formato PDF, em papel

timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço

completo, telefone e e-mail para contato), identificada e assinada na última página e rubricada

nas demais pelo representante legal da empresa, no prazo de 2 horas, a contar da solicitação do(a)

pregoeiro(a)

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou

indiretamente no fornecimento dos produtos, devendo estar inclusos, transporte, fretes, utilização

de EPI, alimentação estadia, dentre outros custos diretos e/ou indiretos e necessários à correta

execução do objeto.

**5.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva

responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação

de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.6.** Quando se tratar da aquisição de combustíveis, o fornecimento deverá ocorrer de forma imediata,

sempre que solicitado por veículo pertencente ao município. O fornecimento deverá atender à demanda

municipal e será realizado diretamente na bomba de abastecimento da empresa vencedora, a qual deverá

estar instalada dentro do limite territorial do Município de Rosário da Limeira/MG e/ou do Município

de Muriaé/MG.

5.7. A inclusão do Município de Muriaé/MG justifica-se pelo intenso fluxo de veículos deste



município na localidade, o que torna a aquisição neste município vizinho uma medida prática e eficiente,

sem prejuízo aos interesses do Município de Rosário da Limeira/MG. Ademais, tal medida contribuirá

para uma maior competitividade no certame licitatório.

**5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de

sua apresentação.

**5.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital.

**5.9.1.** A licitante poderá promover oferta para todos os ITENS ou para um ou mais ITENS

individualmente, desde que satisfaça todas as demais exigências do edital.

**5.9.2.** O(s) objeto(s) deverão ser executados conforme orientação e pedido emitido pela Secretaria

solicitante, nas quantidades e prazos estabelecidos na ordem de compra/serviço, por ocasião do

surgimento da demanda, sob pena de rescisão unilateral da respectiva Ata de Registro de Preço.

**5.9.3.** É de inteira responsabilidade da contratada disponibilizar aos funcionários e profissionais

envolvidos na operação de entrega os equipamentos de proteção invisual necessários para os

mesmos.

**5.9.4.** A não entrega dos itens solicitados no prazo e condições acima estipulados, acarretará a

notificação da empresa para regularização no prazo de 02h00min (ou outo prazo a ser definido

conforme o caso), sob pena de rescisão unilateral da Ata de Registro de Preço, assegurado o direito

de contraditório e ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando

o procedimento disposto no item 4 deste Edital:

2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em

se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de

documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);



d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo

órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver,

relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível

com o objeto contratual;

b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede

do licitante, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma

da lei;

c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento

dos encargos sociais instituídos por lei;

**d)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e

inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (anexo IV).

2.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo

não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento.

2.4. DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.4.1. Capacidade técnico-operacional:

a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado,

comprovando a execução pela empresa licitante de que a mesma executa ou executou o

fornecimento de combustíveis, e que os mesmos foram entregues a contento e de acordo com o

pactuado em contrato de fornecimento.

b) Alvará de localização e funcionamento válido na data de abertura do certame;



Certificado de Regularidade da empresa junto ao Corpo de Bombeiros - AVCB;

d) Certificado de Registro junto a ANP (Agencia Nacional de Petróleo). Este documento poderá ser

solicitado no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://cdp.anp.gov.br/ords/r/cdp\_apex/consulta-dados-">https://cdp.anp.gov.br/ords/r/cdp\_apex/consulta-dados-</a>

publicos-cdp/consulta-de-postos-lista (Caso o site não esteja disponível no momento da consulta, as

informações podem ser solicitadas ao e-mail <u>revenda.sdl@anp.gov.br</u> ). Portanto, caso a empresa não

consiga emitir o Certificado, deverá apresentar o comprovante de solicitação pelo E-mail:

revenda.sdl@anp.gov.br

6.5 Demais Documentos

a) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo Anexo II

c) Declaração de Idoneidade, conforme modelo Anexo III

d) Declaração que não emprega menores, conforme Anexo IV;

e) Declaração de reserva de cargos, conforme Anexo V;

f) Declaração de Quadro Societário, conforme Anexo VI;

7.1. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

7.1.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato

digital PDF no prazo de 02 (duas) horas na opção "Documentos Complementares" após

comunicação do Pregoeiro, prorrogável por igual período a critério do Pregoeiro, quando se verificar

situação que enseja tal necessidade.

7.1.2. Documentos obtidos na rede Internet serão aceitos e considerados como originais, ainda

que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e

confirmação de validade pela Pregoeira, na fase de habilitação.

7.1.3. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação

de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificando a

situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

7.1.4. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição

aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos.



7.1.5. Toda a documentação deverá ser apresentada em nome da empresa licitante, ou seja, se

matriz, documentos da matriz, se filial, documentos da filial, salvo aqueles que somente são

emitidos em nome da matriz.

7.1.6. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista de microempresa

e/ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, do qual o

termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do

certame, prorrogável por igual período, a requerimento da interessada e a critério da

Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei

Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.1.6.1. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência

do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das

sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste

edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar

e contratar com a Administração), facultado à Administração convocar as licitantes

remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

7.1.7. O(A) Pregoeiro(a) e/ou a Equipe de Apoio, poderá no ato da sessão, verificar o eventual

descumprimento das condições de participação das empresas participantes, especialmente, quanto

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação.

7.1.7.1. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a), julgará a licitante inabilitada, por

falta de condição de participação.

7.1.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a

apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e

desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.1.9. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) e/ou a Equipe de Apoio

poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins

de habilitação e classificação.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**8.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a sessão pública, mediante a

utilização de sua chave e senha.

**8.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave

de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no

sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de

negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão,

conforme item 3.3.2 deste Edital.

**8.3.** A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens

em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor

estarão disponíveis na internet.

8.5. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**8.6.** O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente

aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**8.7.** Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a

contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**8.8.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à

proposta mais bem classificada.

**8.9.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão

no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante

com o instrumento convocatório.

**8.10.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase

competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por

meio do sistema eletrônico.

**8.11.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do

valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado

para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

**8.12.1.** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor

consignado no registro.

**8.12.2.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado

e registrado pelo sistema.

**8.12.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido

e registrado primeiro.

**8.12.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em

relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá

ser de no mínimo R\$ 0,01 (um centavo).

**8.12.5.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em

segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o

reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou

exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

**9.1.** Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), a licitante poderá encaminhar

lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente

informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**9.1.1.** A licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o valor unitário do ITEM,

observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e

registrado pelo sistema.

9.2.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi

recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

**10.3.** Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e

diferenças inexequíveis ou excessivas), poderá tê-lo cancelado pela Pregoeira através do sistema.

**10.4.** Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, a licitante será informada em tempo real do

valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

10.5. A etapa de lances da Sessão Pública será no modo de disputa Aberto, conforme art. 56 da

Lei Federal n. 14.133/2021.

**10.5.1.** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

10.5.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos

do período de duração da sessão pública.

10.5.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois

minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de

prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.5.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública

encerrar-se-á automaticamente.

**10.5.5.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá

o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão

pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa

de envio de lances da sessão pública, e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão

sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**10.6.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo

superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato

aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE



**10.1.** Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts.

44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate,

conforme segue:

10.1.1. Identificar-se-ão as propostas por microempresas ou empresas de pequeno porte

que se encontrarem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada, desde que

esta também não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.1.2. Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa

de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela

classificada em primeiro lugar, no prazo de 5 (cinco) minutos, situação em que passará à

condição de primeira colocada;

10.1.3. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada por meio do sistema não

apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação,

às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na

hipótese do subitem 10.1.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no subitem anterior.

**10.2.** Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a microempresa ou empresa de pequeno

porte enquadrada no subitem 11.1.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta

originalmente classificada em primeiro lugar.

10.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrem no subitem 10.1.1, será realizado sorteio entre elas para que

se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.4. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do

subitem 10.1.1, será declarada melhor classificada do item/lote a licitante detentora da proposta

originariamente de menor valor.

10.5. O disposto nos subitens 10.1.1 a 10.1.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de

menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte,

bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei

Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

**10.6.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios

de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em

ato contínuo à classificação;



b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente

ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos

na Lei Federal n. 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente

de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos

de controle.

10.7 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência,

sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

**b)** empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro

de 2009.

**10.7.** As regras previstas no item 10.6. e 10.7. não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44

da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11. DA EXCLUSIVIDADE DE CONTRATAÇÃO EMPRESA LOCAL:

**11.1.** Como é sabido, a administração pública se molda nos princípios descritos no Art. 37 da

Cf/88, assim como aqueles do Art. 5º da Lei federal nº 14.133/21, do qual extraio o Princípio da

Economicidade. Tal princípio alinhado ao objeto deste certame, conduz ao município a necessidade

de aquisição com posto de combustível mais próximo, uma vez que, adquirir os combustíveis em

locais não estratégicos causa custos desnecessários ao erário municipal.

**11.2.** Nesta esteira, a medida em que se impõe é a aquisição por intermédio de postos sediados

neste município e/ou sediado no município de Muriaé (Perímetro urbano ou Pirapanema ou em

Vermelho), sendo vedada a participação de outras empresas que não possui condição de

fornecimento dentro dos limites retroestabelecidos, ou seja, que não possuía estabelecimento

comercial e/ou local adequado a abastecer os veículos deste município dentro do perímetro

obrigatório.

**11.3.** A cidade de Muriaé/MG, nas condições estabelecidas, é uma opção de compra tendo em

vista que no praticamente todos os veículos fazem viagens constantes para a Cidade/Município de

Muriaé/MG, o que torna viável o abastecimento.



12. DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS

**DE PEQUENO PORTE LOCAIS:** 

**12.1.** Não se aplica.

13. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará,

pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para

que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no

Edital.

13.1.1. O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo

estipulado na sessão pelo(a) Pregoeiro(a).

13.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos

demais licitantes.

12.2. No critério de julgamento das propostas, considerar-se-á vencedora a licitante que, tendo

sido classificada, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o

MAIOR DESCONTO POR ITEM.

12.3. O(A) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela

primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a

respeito.

**12.4.** Concluída a negociação, a licitante melhor classificada deverá encaminhar via sistema,

através de campo próprio no Portal "bll.org.br", a proposta adequada ao último lance ofertado,

os documentos de habilitação constantes no item 6 e seus subitens e, se necessário, os

documentos complementares, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação do

Pregoeiro (a) no sistema.

12.4.1. A proposta de preços atualizada, os documentos de habilitação e os documentos

complementares deverão estar no formato PDF.

12.5. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em

primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao

máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme



disposições deste Edital.

12.6. O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou

falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,

mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá

validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de

diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo,

24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.7. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às

exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim

sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado

vencedor.

12.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento,

justificadamente.

12.10. O sistema eletrônico da Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – bll.org.br,

disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

12.11. Desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, poderá ocorrer

o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, assegurada a preferência de

contratação de acordo com a ordem de classificação, em conformidade com a Lei Federal

14.133/2021, e/ou regulamento próprio.

14. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos de habilitação serão examinados o(a) Pregoeiro(a), que verificará a

autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

14.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico,

serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital

conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de

validade.

**14.3.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita

perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de

autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**14.4.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida

no item 4.3.3 e 4.3.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade

fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que

comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma

única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo

interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**14.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às

exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim

sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**14.6.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado

vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

15. RECURSO

**15.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura

da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em

registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

**b)** julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

**15.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data

de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

15.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item 14.1

do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo



para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata

de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única, exclusivamente na Plataforma bll.org.br e em campo próprio,

não sendo conhecido o recurso e/ou contrarrazões, apresentados fora do local próprio e/ou enviados

fora do prazo.

15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida,

que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso

com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo

de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

15.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que

sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o

processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que

presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

17.1. Fica o licitante vencedor convocado a assinar a Ata de Registro de Preços ou termo de

contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, junto ao Setor de Licitações da

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA/MG, situado na Av. 18 de Agosto, nº

392, Bairro Centro, na Cidade de Rosário da Limeira/MG, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da

data da devida comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas neste Edital, convocação esta que ocorrerá por meio de convocação diretamente no E-mail

informado pelo licitante em sua proposta, e publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros



- AMM.

17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante

solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo

apresentado seja aceito pela Administração.

17.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de

Preço, ou o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo

e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de

classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preço, ou o contrato ou o instrumento

equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital, sem convocação para a

contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do item 16.3 deste

Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do

edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com

vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida

a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**17.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço ou o contrato

ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades

legalmente estabelecidas, previstas neste edital.

18. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

**18.1** A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis

ao fornecimento, bem como as normas de segurança do trabalho, podendo o município, por meio

de diligência, solicitar sua comprovação de regularidade junto aos órgãos de fiscalização e controle.

**18.2** A vencedora deverá realizar as entregas observando fielmente estipulado neste edital e

seus anexos, inclusive em relação à qualidade dos produtos, de acordo com os termos da sua

proposta e edital.



19. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE

**PREÇOS** 

19.1. O contrato/ata de registro de preços decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência

de 12 meses, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do órgão licitante,

podendo ser prorrogado uma vez, justificadamente, a critério da Administração, por igual período.

19.2. O objeto da presente licitação deverá ser executado de forma parcelada, pelo prazo de 12

meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma vez,

justificadamente, a critério da Administração, por igual período.

**5.10.** Quando se tratar da aquisição de combustíveis, o fornecimento deverá ocorrer de forma imediata,

sempre que solicitado por veículo pertencente ao município. O fornecimento deverá atender à demanda

municipal e será realizado diretamente na bomba de abastecimento da empresa vencedora, a qual deverá

estar instalada dentro do limite territorial do Município de Rosário da Limeira/MG e/ou do Município

de Muriaé/MG.

**5.10.1** A inclusão do Município de Muriaé/MG justifica-se pelo intenso fluxo de veículos deste município

na localidade, o que torna a aquisição neste município vizinho uma medida prática e eficiente, sem

prejuízo aos interesses do Município de Rosário da Limeira/MG. Ademais, tal medida contribuirá para

uma maior competitividade no certame licitatório.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**20.1.** O pagamento será efetuado contra empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do

recebimento da Nota Fiscal com o recebimento do responsável pela Secretaria adquirente e fiscal

do Contrato.

19.4. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que

regula a matéria.

19.5. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil

visualização, a indicação do número da ordem de compra, a fim de acelerar o trâmite de

recebimento do material e/ou serviço e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**19.6.** As despesas decorrentes da contratação dos objetos da Ata de Registro de Preços correrão a

cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de



Despesa constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no Edital.

#### 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **21.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- **b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a Ata de Registro de Preço e/ou o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato
- j) subcontratar no todo ou em partes o objeto deste Edital;
- k)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- I) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **21.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:
- a) advertência;
- **b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;



- **c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- **d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- **20.3** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
- **20.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.
- **20.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **20.6.** A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **20.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- **20.8.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°):
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para o Contratante;
- V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  - **20.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
  - **20.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes



de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**20.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,

para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

(Art. 161).

**20.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para

licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20.13. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do

presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda

produzir.

**20.14.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada

de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar

alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.15. Serão indeferidas pelo(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, provas ilícitas,

impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.16. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou

a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento

de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de

inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos

definidos neste artigo.

22. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 20.2 do presente Edital

exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou

aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



23. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

23.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de

impugnações poderão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até três dias úteis anteriores à data fixada

para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: <a href="https://bll.org.br/">https://bll.org.br/</a>.

23.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas nos

seguintes sítios eletrônicos: <u>www.bll.org.br</u> e <u>www.rosariodalimeira.mg.gov.br</u>.

24. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR/CONTRATANTE

24.1. Uma vez homologado o processo ou, conforme o caso, firmada a contratação, o Município

se obriga a:

**24.1.1.** Convocar a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preço, ou o Contrato

ou retirar a Autorização de Fornecimento, a contar da notificação.

**24.1.2.** Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos produtos fornecidos.

**24.1.3.** Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

**24.1.4.** Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

**24.1.5.** Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

**24.1.6.** Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e

ata de registro de preços/contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos

tributos devidos, consoante a legislação vigente.

**24.1.7.** Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução da ata de registro e/ou

contrato.

**24.1.8.** Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para

que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**24.1.9.** Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção



dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando

fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta,

necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

**24.1.10.** Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE

com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses

previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

**24.1.11.** A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos

titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer

responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e

destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei

Federal nº 13.709/18.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente

contratação:

**25.1.1.** Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto

contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais,

encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos,

inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos,

mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos produtos pela

CONTRATADA;

25.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais e produtos em estrita conformidade com

as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato (quando

existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do objeto

contratado;

**25.1.3.** Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões

que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do

fornecimento do objeto desta licitação;

**25.1.4.** Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por

ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação,



na contratação direta;

25.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do

objeto do contrato;

25.1.6. Atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais

erros cometidos na execução do objeto do contrato;

25.1.7. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da

CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;

**25.1.8.** Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter

suas solicitações atendidas imediatamente;

25.1.9. Promover, com a presença de representante da CONTRATANTE, a verificação do

fornecimento efetuado, confirmando que os produtos foram prestados adequadamente, conforme

previsão contratual;

25.1.10. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e

os fins a que se destina;

**25.1.11.** Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos produtos fornecidos, procedendo

a sua substituição ou adequação às expensas próprias, quando não atenderem à qualidade,

quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pela CONTRATANTE;

**25.1.11.1.** A Detentora poderá submeter os produtos e/ou serviços à mais ampla

fiscalização por parte da Prefeitura, através do responsável pelo recebimento dos produtos e/ou

serviços, prestando esclarecimento solicitado, atendendo as reclamações formuladas, inclusive

conferir todas as especificações do produto e/ou serviço entregue para com aqueles descritos no

edital. Caso seja atestada a qualidade e/ou quantidade inferior ao licitado, o mesmo será rejeitado,

obrigando a detentora a substituí-lo de forma que não provoque prejuízos ao órgão gerenciador.

**25.1.11.2.** A licitante vencedora ficará obrigada a completar o pedido e/ou a trocar a

suas expensas o produto e/ou o serviço que vier a ser recusado, a qual terá o prazo máximo de 24

(vinte e quatro) para fazê-lo, sem custos adicionais para o município, sob pena de rescisão unilateral

da Ata de Registro de Preço e aplicação das sanções cabíveis.

**25.1.12.** Executar as entregas do objeto deste Edital pelo valor consignado em sua proposta de

preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega dos

produtos e/ou execução dos serviços, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao



fornecimento;

25.1.13. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos produtos fornecidos, objeto

desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.

25.1.13.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à

licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.

**25.1.14.** A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de Rosário da Limeira

- MG a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

25.1.15. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem sub-rogar

direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da

CONTRATANTE.

25.1.16. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à

CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não

sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou

acompanhamento pelo CONTRATANTE.

25.1.17. A contratada deverá respeitar o prazo de garantia mínima do objeto e as condições de

manutenção e assistência técnica, conforme estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do

Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Teoria Geral dos Contratos.

25.1.18. A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem

como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência

Social e para aprendiz.

**25.1.19.** Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo I, Termo de Referência do Edital.

26. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

**26.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata,

admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste

instrumento.

Parágrafo Primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços

praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual proposta pela empresa em relação a ANP

durante toda a vigência desta Ata, os quais serão reequilibrados obedecendo os seguintes requisitos:



a) O preço unitário considerado para o fornecimento do combustível será o preço médio do

município de Muriaé/MG ao consumidor, divulgado pela ANP, deduzido do desconto ofertado na

proposta da licitante vencedora.

b) O preço médio dos combustíveis do município de Muriaé/MG ao consumidor é divulgado pela

ANP, por meio da tabela constante do endereço eletrônico: https://www.gov.br/anp/pt-

br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos ou http://www.anp.gov.br.

c) O preço unitário poderá sofrer variação, conforme divulgação de preço médio dos combustíveis

do MUNICÍPIO DE MURIAÉ, publicado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

d) No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais

despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a

CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

e) O percentual de desconto oferecido na proposta vencedora, incidirá sobre o preço médio

divulgado pela ANP – Muriaé/MG, e será fixo e irreajustável durante toda a vigência contratual.

f) Para a adequação dos preços, os reequilíbrios serão realizados DUAS VEZES AO MÊS sobre

o valor constante na ANP, preço médio do município de Muriaé/MG, a época da

solicitação/alteração, observado o percentual de desconto fornecido pelo licitante durante a sessão

pública de licitação. Em regra, o primeiro termo aditivo será realizado no último dia útil anterior ao

dia 16 (dezesseis) do referido mês, levando em consideração a última atualização de preços

fornecida pela ANP, e terá sua vigência a contar do dia 16 (dezesseis). Já o segundo reequilíbrio

será realizado no último dia útil de cada mês, levando em consideração a última atualização de

preços fornecidos pela ANP, para vigilância no primeiro dia do mês seguinte.

g) É importante destacar que, caso a variação constatada para a incidência do termo aditivo

descrito na cláusula "f" seja igual ou inferior a 0,5% (meio por cento) de diferença dos preços médios

da ANP atuais em relação aos registrados na Ata de Registro de Preço e/ou no último termo aditivo

realizado, o termo aditivo não será realizado. Em se tratando do combustível álcool, este deverá ter

a incidência de 1% (um por cento).

n) Importante destacar que o reequilíbrio deverá ser solicitado pelas empresas de acordo com a

periodicidade acima indicada, e, uma vez que não for solicitado, ficará a critério do município.

Parágrafo segundo — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados

que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

27. DA VIGÊNCIA.

27.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da

data da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde

que comprovado o preço vantajoso.

27.2. O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da

Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras

legislações pertinentes.

28. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS.

28.1. Quando da inexecução total ou parcial da entrega dos produtos ou serviços contratados,

fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa,

sempre mediante notificação por escrito.

**28.2.** A extinção do contrato poderá ser:

28.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de

descumprimento decorrente de sua própria conduta;

28.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de

resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

28.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou

compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**26.3.** A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139

da Lei Federal nº 14.133/2021.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

**29.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições

contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da

Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor

inicial atualizado do contratado.



29.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente

de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

29.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da

presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº

14.133/2021.

29.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Muriaé-MG, para dirimir quaisquer litígios oriundos da

licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais

privilegiado que seja.

**30. DOS ANEXOS** 

**30.1.** Fazem parte do presente Edital:

a) Anexo I – Relação dos itens para proposta, Termo de Referência do Edital;

b) Anexo II – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

c) Anexo III - Declaração de Idoneidade;

d) Anexo IV – Declaração que não emprega menores;

e) Anexo V – Declaração de reserva de cargos;

f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Quadro Societário;

g) Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preço;

h) Anexo VIII – Modelo da proposta final.

Rosário da Limeira-MG, 25 de novembro de 2024.

José Maria Pinto da Silva Prefeito Municipal

Praça Nossa Senhora de Fátima, nº. 232, Centro, Rosário da Limeira – MG CEP: 36.878-000 Fone: (032) 3723 - 1263



# ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2024 EDITAL Nº 049/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2024

ÓRGÃO LICITANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

**SECRETARIA INTERESSADA**: Secretaria Municipal de Administração dentre as demais existentes.

1 – JUSTIFICATIVA PERÍMETRO

1.1. Como é sabido, a administração pública se molda nos princípios descritos no Art. 37 da Cf/88,

assim como aqueles do Art. 5º da Lei federal nº 14.133/21, do qual extraio o Princípio da

Economicidade. Tal princípio alinhado ao objeto deste certame, conduz ao município a necessidade de

aquisição com posto de combustível mais próximo, uma vez que, adquirir os combustíveis em locais

não estratégicos causa custos desnecessários ao erário municipal.

1.2. Nesta esteira, a medida em que se impõe é a aquisição por intermédio de postos sediados neste

município e/ou sediado no município de Muriaé (Perímetro urbano ou Pirapanema ou em Vermelho),

sendo vedada a participação de outras empresas que não possui condição de fornecimento dentro dos

limites retroestabelecidos, ou seja, que não possuía estabelecimento comercial e/ou local adequado a

abastecer os veículos deste município dentro do perímetro obrigatório.

1.3. A cidade de Muriaé/MG, nas condições estabelecidas, é uma opção de compra tendo em vista que

no praticamente todos os veículos fazem viagens constantes para a Cidade/Município de Muriaé/MG, o

que torna viável o abastecimento.

2 - OBJETO: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preço pelo tipo MAIOR

DESCONTO SOBRE A TABELA ANP, considerando o preço médio do município de Muriaé/MG, para

futuras e eventuais aquisições de combustíveis tais como: Etanol, Gasolina e Óleo Diesel, descritos e

especificadas no anexo I deste instrumento convocatório, destinados a manutenção da frota automotiva



e máquinas do município, notadamente aos veículos e máquinas conveniados. Os produtos serão fornecidos de forma parcelada e de acordo com a demanda pelo período de 01 (um) ano a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preço, mediante ao surgimento da demanda.

#### 2.1 ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

COMBUSTÍVEL		CUSTO ESTIMADO				
Item	Тіро	Litros	Preço por Litro (*) ( <b>R\$</b> )	Valor Total ANP (R\$)	Desconto estimado (% mínimo aceito)	Total com desconto mínimo (R\$)
1	GASOLINA COMUM - EM CONFORMID ADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE – ANP.	80.000	R\$ 6,35	R\$ 508.000,00	1,00%	R\$ 502.920,00
Total do orçamento estimado					R\$ 502.920,00	

COMBUSTÍVEL		CUSTO ESTIMADO				
Item	Tipo	Litros	Preço por Litro (*) ( <b>R\$</b> )	Valor ANP (R\$)	Desconto estimado (% mínimo aceito)	Total com desconto mínimo (R\$)
2	ETANOL - EM CONFORMID ADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE – ANP.	20.000	R\$ 4,37	R\$ 87.400,00	1,00%	R\$ 86.526,00
Total do orçamento estimado					R\$ 86.526,00	

COMBUSTÍVEL			CUSTO ESTIMADO			
Item	Тіро	Litros	Preço por Litro (*) ( <b>R\$</b> )	Valor ANP (R\$)	Desconto estimado (% mínimo aceito)	Total com desconto mínimo (R\$)
3	ÓLEO DIESEL COMUM - EM CONFORMID ADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE – ANP.	80.000	R\$ 5,78	R\$ 462.400,00	1,00%	R\$ 457.776,00
Total do orçamento estimado					R\$ 457.776,00	

COMBUSTÍVEL	CUSTO ESTIMADO
-------------	----------------



Item	Tipo	Litros	Preço por Litro (*) (R\$)	Valor ANP (R\$)	Desconto estimado (% mínimo aceito)	Total com desconto mínimo (R\$)
4	ÓLEO DIESEL S10 - EM CONFORMID ADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE - ANP.	80.000	R\$ 5,88	R\$ 470.400,00	1,00%	R\$ 465.969,00
Total do orçamento estimado					R\$ 465.969,00	

<sup>\*</sup> Referência de Preço ANP: 10/11/2024 a 16/11/2024 (atualização mais recente).

- **2.2** Os produtos serão entregues de forma parcelada, mediante recebimento de ordem de compra emitida pela Secretaria solicitante.
- **2.3** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme estipulado pelo Decreto Municipal.
- **2.4** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 84 da Lei n° 14.133, de 2021.
- **2.5** A Ata de Registro de Preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- **3.1** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência
- 4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- **4.1** R\$ 1.513.191,00 (um milhão e quinhentos e treze mil e cento e noventa e um reais).
- 5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 4.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária pertencente ao orçamento do exercício de 2024/2025: 02.01.00.04.122.002.2.0005 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 02.02.00.04.122.002.2.0008 MANUTENÇÃO DOS SERV. DE ADMINISTRAÇÃO 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 02.04.00. 12.122.002.2.0017 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 3.3.90.30 MATERIAL DE



CONSUMO - 02.04.00. 12.361.004.2.0021 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.05.0. 10.122.002.2.0025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.05.01. 10.301.005.2.0029 PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMÍLIA - ESF - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.06.00. 15.122.002.2.0036 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.07.00. 20.122.007.2.0044 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.08.00.08.243.008.2.0054 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.08.00. 08.244.008.2.0056 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

#### 6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 5.1. DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução pela empresa licitante de que a mesma executa ou executou o fornecimento de combustíveis, e que os mesmos foram entregues a contento e de acordo com o pactuado em contrato de fornecimento.
- b) Alvará de localização e funcionamento válido na data de abertura do certame;
- c) Certificado de Regularidade da empresa junto ao Corpo de Bombeiros AVCB;
- d) Certificado de Registro junto a ANP (Agencia Nacional de Petróleo). Este documento poderá ser solicitado no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://cdp.anp.gov.br/ords/r/cdp\_apex/consulta-dados-publicos-cdp/consulta-de-postos-lista">https://cdp.anp.gov.br/ords/r/cdp\_apex/consulta-dados-publicos-cdp/consulta-de-postos-lista</a> (Caso o site não esteja disponível no momento da consulta, as informações podem ser solicitadas ao e-mail <a href="mailto:revenda.sdl@anp.gov.br">revenda.sdl@anp.gov.br</a> ). Portanto, caso a empresa não consiga emitir o Certificado, deverá apresentar o comprovante de solicitação pelo E-mail: <a href="mailto:revenda.sdl@anp.gov.br">revenda.sdl@anp.gov.br</a>

#### 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- **7.1** Quando se tratar da aquisição de combustíveis, o fornecimento deverá ocorrer de forma imediata, sempre que solicitado por veículo pertencente ao município. O fornecimento deverá atender à demanda municipal e será realizado diretamente na bomba de abastecimento da empresa vencedora, a qual deverá estar instalada dentro do limite territorial do Município de Rosário da Limeira/MG e/ou do Município de Muriaé/MG.
- **7.2** A(s) empresa(s) vencedora(s) será(ão) responsável(éis) pelo fornecimento em perfeita condição de uso.



**7.3** No prazo estipulado acima compreende toda execução, inclusive deslocamento, dentre os demais

serviços inerentes a realização da entrega.

**7.4** A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) executar as entregas rigorosamente de acordo com as

instruções dadas pela Secretária responsável e de acordo com o órgão de controle competente, em

especial, obedecer as questões sanitárias.

7.5 A empresa vencedora se dispõe a fornecer produtos em bom estado de conservação e limpeza,

com boa apresentação visual, não sendo aceito produtos rasgados, amassados ou sujos ou com

imperfeições que tornem os produtos/serviços inservíveis.

**7.6** A empresa vencedora deverá indicar um preposto durante todo o período de vigência do contrato

para atendimento dos serviços, disponibilizando os meios de contato, de forma a agilizar as solicitações,

sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

7.7 Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal de contrato devidamente designado,

inerentes à execução do objeto contratado.

7.8 Providenciar imediatamente a substituição do produto, equipamento e/ou do profissional, caso

ocorra algum imprevisto, para que não haja prejuízo ao objeto contratado;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no

Decreto Municipal, que "Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e estabelece

normas gerais de licitação e contratação para as todas as unidades administrativas da Prefeitura

de Rosário da Limeira-MG, e abrange os fundos especiais.

**8.2** A fiscalização do Município poderá exigir a suspenção do preposto da CONTRATADA, mediante

decisão motivada do gestor do contrato.

**8.3** A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução

do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

8.4 A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive

perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

**8.5** Equipe de fiscalização:

**8.5.1.** A definir.



- 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- **9.1** Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência das entregas que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização de fornecimento, causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;
- **9.2** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
- 9.3 Não transferir a terceiros, mesmo que parcialmente, os objetos contratados;
- **9.4** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;
- **9.5** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento aos fornecimentos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- **9.6** Disponibilizar profissionais habilitados e devidamente qualificados para o desempenho das entregas;
- **9.7** Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse do fornecimento e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;
- **9.8** Executar o fornecimento de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;
- **9.9** Respeitar os prazos previstos neste projeto básico;
- **9.10** Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;
- **9.11** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **9.12** Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos fornecimentos;
- **9.13** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à CONTRATADA;
- **9.14** Cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de trabalho, incluindo o uso de uniforme ou crachá de identificação;



**9.15** Fornecer os produtos em ótimo estado de conservação.

**9.16** Fornecer produto dentro do prazo de validade.

9.17 Qualquer produto fornecido que vier a acarretar em defeito nos veículos deste município, a empresa

será devidamente responsável por custear todas as custas com os devidos reparos.

9.18 Toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, de acidente de trabalho gerada

por força de vínculo contratual de pessoal e acidentes envolvendo terceiros, caberá única e

exclusivamente à contratada, eximindo desde já, a contratante de qualquer solidariedade.

**10.** OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**10.1** Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;

**10.2** Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;

**10.3** Empenhar os recursos necessários, garantido o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;

10.4 Publicar o extrato da Ata de Registro de Preço e/ou do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem,

no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM e sítio oficial de divulgação dos atos processuais

e administrativos do Município de Rosário da Limeira, veiculado no site oficial, no endereço:

www.rosariodalimeira.mg.gov.br.

10.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades

constatadas na execução dos fornecimentos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.6 Fiscalizar a execução do contrato, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que

necessitem sua imediata intervenção;

10.7 Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato; e

**10.8** Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**11.1** O pagamento será realizado conforme edital e Minuta de Termo de Contrato.

Rosário da Limeira-MG, 25 de novembro de 2024.

José Maria Pinto da Silva

Prefeito Municipal



#### **ANEXO II**

### MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME e EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°
PREGÃO ELETRÔNICO Nº
(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº
, DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edita
que se enquadra como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lo
Complementar n. 123/2006, e, ainda que no ano calendário de realização da licitação, não celebro
contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxim
admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção do
benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da referida Lei.
,dede 2024.
Nome do responsável legal da empresa e assinatura



#### **ANEXO III**

AO MUNICÍPIO DE			
AO WONCH TO DL			
SETOR DE COMPRAS E LICITA	ÇÕES		
PROCESSO ADMINISTRATIVO	N°		
PREGÃO ELETRÔNICO Nº			
DE	CLARAÇÃO DE IDO	ONEIDADE	
Alamproso	ostobalacida	incorito no CNDI coh o nº	nor
		, inscrita no CNPJ sob o n°, no uso de suas a	
		onente do procedimento licitatório em	
-		o, que inexiste qualquer fato impedi	-
		a inidônea e não está impedida de	
	-	r com a Administração, e que se con	
comunicar ocorrência de fatos supe	-	t com a riammonação, e que se com	apromete u
r			
Por expressão da verdade, firmamo	s a presente.		
,dede	le 2024.		
Nome de	o responsável legal da	empresa e assinatura	



#### **ANEXO IV**

AO MUNICÍPIO				
DEPARTAMENTO	DE COMPRAS E LIC	ITAÇÕES		
DECLARAÇÃO D	E REGULARIDADE	PARA COM O MINIST	ÉRIO DO TRABALH	Ю
A Empresa	, est	abelecida a	, inscrita no CNP.	J sob n°,
	por intermédio de	seu representante	legal/proprietário,	Senhor (a)
	, portador (a) do	e C	PF n°, no	o uso de suas
atribuições legais <b>D</b>	ECLARA, que não em	prega menor de dezoito a	nos em trabalho noturn	o, perigoso ou
insalubre e não emp	rega menor de dezesseis	s anos.		
Ressalva: emprega r	nenor, a partir de catorz	ze anos, na condição de ap	rendiz ( ).	
Por expressão da vei	rdade, firmamos a prese	ente.		
	dede 20	24.		
	Nome do respon	sável legal da empresa e a	ssinatura	



#### ANEXO V

PROCESSO ADMIN PREGÃO ELETRÔN						
PREGAO ELETRON		LARAÇÃ	O DE RESER	RVA DE CARO	GOS	
(Razão Social da Emp	, s	ediada na (	endereço comp	pleto)		
sob as penas da lei, or reabilitado da Previdê	que cumpre as e	xigências d	le reserva de	•	ssoa com defi	DECLARA ciência e para
Município de	, dia	de	de 202			
	Nome do re	esponsável l	egal da empre	sa e assinatura		



#### **ANEXO VI**

PROCESSO AI	OMINISTR <i>A</i>	ATIVO Nº				
PREGÃO ELET	ΓRÔNICO N	lo				
	MODELO	DE DEC	LARAÇÃO	DE QUADRO S	SOCIETÁRIO	
(Razão Social	da Empres	sa)				, CNPJ N°
			sediada	na	(endereço	completo)
						, DECLARA
sob as penas da empresa pública	_	_	_		rvidor público da ativ	7a, empregado de
Município de		, dia	de	de 202 .		

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



#### **ANEXO VII**

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2024

#### ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXX-XX

XXXXXXXXXXXXXXXXX, N° XXX, BAIRRO XXXXX

XXXXXXX/XX CEP: XXXXXXXXX

TEL (0XXX) XXXX-XXXX – CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX

### 

O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA - MG, pessoa jurídica de direito público interno,
com sede, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representado pelo
PREFEITO Imo. Sr, CPF nº, RG nº, residente
e domiciliado no Município de Rosário da Limeira - MG, a seguir denominado simplesmente
ÓRGÃO GERENCIADOR, e a Empresa, pessoa jurídica de
direito privado, situada na Rua, cidade de, Estado de, inscrita no



CNPJ/MF sob o n° ......, neste ato representado pelo seu Sócio Proprietário/Procurador, Senhor ......, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n° ....., a seguir denominada DETENTORA. A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e subsidiariamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições estabelecidas nesta contratação.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preço pelo tipo MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA ANP, considerando o preço médio do município de Muriaé/MG, para futuras e eventuais aquisições de combustíveis tais como: Etanol, Gasolina e Óleo Diesel, descritos e especificadas no anexo I deste instrumento convocatório, destinados a manutenção da frota automotiva e máquinas do município, notadamente aos veículos e máquinas conveniados. Os produtos serão fornecidos de forma parcelada e de acordo com a demanda pelo período de 01 (um) ano a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preço, mediante ao surgimento da demanda.

#### ANEXO I - RESULTADO

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

- 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro é o de MAIOR DESCONTO POR ITEM constatado, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
- 2.2. O preço inicial estabelecido nesta ata se refere ao valor alcançado na última pesquisa junto a ANP,



aplicando, desde já, o desconto ofertado pela empresa para o respectivo item vencido.

2.3. Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida

a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços

praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual proposta pela empresa em relação a ANP

durante toda a vigência desta Ata, os quais serão reequilibrados obedecendo os seguintes requisitos:

a) O preço unitário considerado para o fornecimento do combustível será o preço médio do município

de Muriaé/MG ao consumidor, divulgado pela ANP, deduzido do desconto ofertado na proposta da

licitante vencedora.

b) O preço médio dos combustíveis do município de Muriaé/MG ao consumidor é divulgado pela ANP,

por meio da tabela constante do endereço eletrônico: <a href="https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-">https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-</a>

<u>defesa-da-concorrencia/precos</u> ou <u>http://www.anp.gov.br</u>.

c) O preço unitário poderá sofrer variação, conforme divulgação de preço médio dos combustíveis do

MUNICÍPIO DE MURIAÉ, publicado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

d) No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas

que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de

quaisquer ônus por despesas decorrentes.

e) O percentual de desconto oferecido na proposta vencedora, incidirá sobre o preço médio divulgado

pela ANP – Muriaé/MG, e será fixo e irreajustável durante toda a vigência contratual.

f) Para a adequação dos preços, os reequilíbrios serão realizados DUAS VEZES AO MÊS sobre o valor

constante na ANP, preço médio do município de Muriaé/MG, a época da solicitação/alteração, observado

o percentual de desconto fornecido pelo licitante durante a sessão pública de licitação. Em regra, o primeiro

termo aditivo será realizado no último dia útil anterior ao dia 16 (dezesseis) do referido mês, levando em

consideração a última atualização de preços fornecida pela ANP, e terá sua vigência a contar do dia 16

(dezesseis). Já o segundo reequilíbrio será realizado no último dia útil de cada mês, levando em

consideração a última atualização de preços fornecidos pela ANP, para vigilância no primeiro dia do mês

seguinte.

g) É importante destacar que, caso a variação constatada para a incidência do termo aditivo descrito na

cláusula "f" seja igual ou inferior a 0,5% (meio por cento) de diferença dos preços médios da ANP atuais



em relação aos registrados na Ata de Registro de Preço e/ou no último termo aditivo realizado, o termo

aditivo não será realizado. Em se tratando do combustível álcool, este deverá ter a incidência de 1% (um

por cento).

Importante destacar que o reequilíbrio deverá ser solicitado pelas empresas de acordo com a

periodicidade acima indicada, e, uma vez que não for solicitado, ficará a critério do município.

Parágrafo segundo — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que

forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

2.4. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de

Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da

assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que

comprovado o preço vantajoso.

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em

conformidade com as disposições nela contidas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal

relacionadas no objeto deste Edital.

Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas 4.2.

solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de

instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de

despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos

serão aqueles registrados em ata.

4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador



informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar

cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Compete ao Órgão Gestor: 5.1.

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente

licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão

gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os

materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de

preços necessitarem da entrega dos materiais e/ou serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos

saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais e/ou serviços respeitada a ordem de registro e os

quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços

ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de

item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de

Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Emitir a autorização de fornecimento.

5.1.5. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.1.6. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e

entrega dos produtos e/ou serviços dentro das normas estabelecidas no edital.

5.1.7. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as

obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer

irregularidade verificada.



5.1.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e/ou serviços entregues em desacordo com as

obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.2. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.2.1. Entregar os produtos e/ou serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender

todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente

da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada

na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos

pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

5.2.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações

assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.3. Substituir os produtos e/ou serviços e/ou profissionais recusados pelo órgão ou entidade usuária,

sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do

Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega produtos e/ou serviços no

prazo constante do Edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.2.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos

na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de

preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, conforme

Decreto Municipal.

5.3.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes

de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.8. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta

Ata de Registro de Preços.

5.3.9. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS

**REGISTRADOS** 



6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

6.1.1. Pela Administração, quando:

6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao

registro de preços;

6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de

preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do

registro de preços;

6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pelo fornecedor quando:

6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências

do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no

6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo

que deu origem ao registro de preços.

6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita

por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço

registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da

obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente

justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento

convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.



6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e

entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão

ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do

fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do

responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro

instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou

ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e

procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de

classificação.

7.4. A (s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento

efetuadas dentro do prazo de validade do registro, e de acordo com as condições do Edital.

7.5. Quando se tratar da aquisição de combustíveis, o fornecimento deverá ocorrer de forma imediata,

sempre que solicitado por veículo pertencente ao município. O fornecimento deverá atender à demanda

municipal e será realizado diretamente na bomba de abastecimento da empresa vencedora, a qual deverá estar

instalada dentro do limite territorial do Município de Rosário da Limeira/MG e/ou do Município de

Muriaé/MG.

7.5.1. A não entrega dos itens solicitados no prazo e condições acima estipulados, acarretará a

notificação da empresa para regularização no prazo de 02h00min (ou outo prazo a ser definido conforme

o caso), sob pena de rescisão unilateral da Ata de Registro de Preço, assegurado o direito de contraditório

e ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada

a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual

previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata

cancelado.

CEP: 36.878-000

Fone: (032) 3723 – 1263



7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais e/ou serviços, bem como todos

os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusivas da

contratada.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais e/ou serviços, descritos na presente Ata,

em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira

responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações

constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. A empresa vencedora se dispõe a fornecer produtos em bom estado de conservação e limpeza, com

boa apresentação visual, não sendo aceito produtos rasgados, amassados ou sujos ou com imperfeições que

tornem os produtos/serviços inservíveis.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais

empregados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência

do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de

Referência do Edital.

O objeto da Presente Ata será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021. 7.11.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização

em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com

solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente

nacional.

8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do

objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da



autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

- 8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e- mail: compras@ervalia.mg.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
- 8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega/execução for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

### CLÁUSULA NONA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

9.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade o e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária pertencente ao orçamento do exercício de 2024/2025: 02.01.00.04.122.002.2.0005 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.02.00.04.122.002.2.0008 MANUTENÇÃO DOS SERV. DE ADMINISTRAÇÃO - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.04.00. 12.122.002.2.0017 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.04.00. 12.361.004.2.0021 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO -02.05.0. 10.122.002.2.0025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.05.01. 10.301.005.2.0029 PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMÍLIA -ESF - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.06.00. 15.122.002.2.0036 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.07.00. 20.122.007.2.0044 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.08.00.08.243.008.2.0054 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO - 02.08.00. 08.244.008.2.0056 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA - 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.

9.2. Própria e ou de transferências constitucionais e legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



f)

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa

durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste

edital as seguintes sanções:

a) advertência;



b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor

do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do

órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e

indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. da presente ata poderão ser

aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e

promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme

previsto no item 10.2. da presente ata.

10.5. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de

dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida

no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

10.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento

da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE,

ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de

compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da

CONTRATADA, em virtude da em razão da Lei Federal nº 13709/18.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal do município

de Rosário da Limeira-MG, no endereço: www.rosariodalimeira.mg.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Rosário da Limeira-12.1.



MG, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

12.2. E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do ÓRGÃO GERENCIADOR.

		Rosário da Limeira/MG, de	de 2024
PREFEITURA MU ÓRGÃO GERENO	NICIPAL DE ROSÁRIO I C <b>IADOR</b>	DA LIMEIRA	
XXXXXXXXXXX	XXXXXXXX		
DETENTORA			
TESTEMUNHAS			
	NOME:		
	CPF:		
	NOME:	_	
	CPF·		



#### **ANEXO VIII**

# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PREGÃO ELETRÔNICO Nº

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL EDITAL Nº 049/2024

PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA							
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 – REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2024 - TIPO MAIOR DESCONTO POR ITEM –							
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO	DA LIMEIRA-MG						
Proponente:							
Endereço:		Cidade:					
Telefone:	Fax.:	E-mail:					
Banco:	Agência:	Conta Corrente:					
CNPJ:	Inscrição Estadual:						

	COMBUSTÍVEL									
Item	Tipo	Litros	Marca	Preço por Litro (*) ( <b>R\$</b> )	Valor Total ANP (R\$)	Desconto Ofertado	Valor Total com desconto ofertado (R\$)			
1	GASOLINA COMUM - EM CONFORMID ADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE - ANP.	80.000		R\$ 6,35	R\$ 508.000,00					
Total de	o orçamento estin	nado				1				

	COMBUSTÍVEL									
Item	Tipo	Litros		por Litro (*) <b>R\$</b> )	Valor ANP (R\$)	Desconto Ofertado	Valor Total com desconto ofertado (R\$)			
2	ETANOL - EM CONFORMID ADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE – ANP.		R\$	5 4,37	R\$ 87.400,00					
Total do	Fotal do orçamento estimado									



	COMBUSTÍVEL							
Item	Tipo	Litros	Marca	Preço por Litro (*) ( <b>R</b> \$)	Valor ANP (R\$)	Desconto Ofertado	Valor Total com desconto ofertado (R\$)	
3	ÓLEO DIESEL COMUM - EM CONFORMI DADE COM A LEGISLAÇÃ O VIGENTE - ANP.	80.000		R\$ 5,78				
Total do	Fotal do orçamento estimado							

	COMBUSTÍVEL								
Item	Tipo	Litros	Marca	Preço por Litro (*) ( <b>R\$</b> )	Valor ANP (R\$)	Desconto Ofertado	Valor Total com desconto ofertado (R\$)		
4	ÓLEO DIESEL S10 - EM CONFORMI DADE COM A LEGISLAÇÃ O VIGENTE - ANP.	80.000		R\$ 5,88					
Total do	otal do orçamento estimado								

<sup>\*</sup> Referência de Preço ANP: 10/11/2024 a 16/11/2024 (atualização mais recente).

Declaramos que nos preços propostos no presente documento estão inclusas todas		CARIMBO	DO
as despesas, tais como: impostos, taxas, transporte, energia elétrica, alimentação,		CNPJ	
estadia, manutenção, EPI, lucro e demais custos diretos e indiretos, não cabendo			
quaisquer alegações posteriores de omissão de custos na	proposta, bem como		
pleitos adicionais, sendo o objeto do Edital entregue sem acré	éscimos de valores.		
Valor Total da Proposta:			
(	)		
Validade da proposta:() dias.			
Prazo de entrega:			
Local: /	Data: / /		
Local		<del></del>	



Assinatura do Representante Legal		
CPF n°		
Responsável pela assinatura do contrato Nome:  CPF:		
Endereço:		
Demais informações, caso o edital requeira.		